

a preencher pelos serviços

data de entrada:

N.º:

1. Identificação do Requerente

1.1. Nome

Núcleo Regional de Coimbra da Quercus - ANCN

1.2 Bilhete Identidade /
Cartão Cidadão1.3 Identificação
Fiscal

501736492

1.4 Morada

Urbanização do Loreto, Lote8, 5ª, C
3025-037 Coimbra

1.5 Endereço eletrónico

coimbra@quercus.pt

1.6 Contacto
telefónico**2. Local de consulta do Plano**

2.1 Internet

☒

2.2 Divisão de Planeamento

3. Identificação da Sugestão / Reclamação

3.1 Freguesia

3.2 Nº Processo na
Câmara
(se aplicável)**4. Elementos em anexo**

4.1 Planta de localização

4.2 Outros (indique quais)

 Recebido em 5.08.2013
 23:08h



5. Observação

☐

Sugestão

X

Reclamação

☐

Pedido de esclarecimento

☐

(Efetuada no âmbito da discussão pública da proposta da 1ª revisão do PDM de Coimbra, em conformidade com o disposto no artigo 77º do D.L. nº 380/99, de 22 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo D.L. nº 46/2009, de 20 de fevereiro)

Ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra,

A edificabilidade é demasiado elevada em áreas demasiado extensas. A proposta de PDM em apreço classifica 6.870 hectares (68,7 quilómetros quadrados) de solo periurbano sob a categoria de "Espaços Residenciais". Tratam-se, na sua maioria, de zonas na periferia de antigos núcleos rurais ou no alinhamento de rodovias onde durante as últimas décadas foram dispersa e profusamente erguidas novas habitações seja de modo avulso seja integradas em pequenos loteamentos. A malha urbana resultante nestes "Espaços Residenciais" é pouco densa, inclui vastos interstícios de terrenos derelicto ou com uso agro-florestal, e obriga à manutenção de complexas e dispendiosas redes viárias, de abastecimento e de saneamento, etc. Acresce ainda que tal modelo de ocupação do território impõe aos residentes uma rotina quotidiana de deslocações pendulares em transportes automóveis, com as suas implicações económicas e energéticas. Os problemas ambientais causados por esta forma desconexa de expansão urbana (uma modalidade pouco estruturada de "urban sprawl") deveriam sugerir à autarquia a necessidade imperiosa de conter a construção dispersa. No entanto, esta proposta de PDM evidencia, pelo contrário, uma vontade do município em dar continuidade ao processo. São concedidos aos terrenos incluídos nestes "Espaços Residenciais" índices de edificabilidade entre os 1,8 e os 0,35. Sendo certo que parte muito significativa destes espaços se encontra por edificar, tais índices favorecem a continuação do processo de dispersão da malha urbana e oneram o desenvolvimento sustentável do concelho. A Quercus-ANCN sugere, por isso, que seja reduzida a superfície consagrada à categoria de "Espaços Residenciais", e encaminhe para a reabilitação (ou mesmo reciclagem) da malha urbana já consolidada a procura de novas habitações.

A mobilidade em bicicleta (e a dos "modos de transporte suaves ou ativos") não é suficientemente tida em conta. Em Novembro de 2012 foi publicado o Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e dos Modos Suaves de Transporte 2013-2020, orçamentado em 40 milhões de euros, destinado a estimular a produção local de velocípedes, o seu uso urbano, e a construção de ciclovias para a sua circulação. É necessário programar medidas prévias de redução da velocidade e volume de tráfego de veículos a motor. A cidade de Coimbra, onde se encontram cerca de 27 mil estudantes do ensino não-superior e 35 mil estudantes do ensino superior, poderia ser uma cidade ideal para executar tal plano. Na prática, porém, existem ainda poucas condições para a circulação de bicicleta: ao dispor dos ciclistas encontram-se apenas 4 km de via ciclável circunscrita ao Parque Verde do Mondego, e 1 km ao longo do Vale das Flores. Continuam dificilmente acessíveis destinos potenciais deste modo de transporte como a Alta Universitária, as escolas secundárias da Solum, a Baixa, o Choupal, e os subúrbios de Santa Clara, São Martinho, Loreto e Portela. Perante estes factos, a nova proposta de PDM dedica apenas dois artigos (129.º e 130.º) à mobilidade em modos de transporte suave/ativo. Do mesmo modo, em espaços de ensino e noutros espaços e edifícios de utilização pública bem como em relação a espaços privados e edifícios privados antigos e novos deveriam ser estabelecidos índices de estacionamento para bicicletas (não são referidos no art.º 131.º e 132.º do PDM). Não apresenta, na sua Carta de Ordenamento, quaisquer traçados de ciclovias, nem vincula a edilidade à criação desses acessos em locais concretos nem determina a criação de estacionamento para bicicletas no planeamento e execução de operações urbanísticas. A Quercus-ANCN sugere, sendo assim, que projetos desta natureza sejam incluídos neste PDM.

Data: 05 de agosto de 2013

Assinatura. Pela Direção do NR de Coimbra da Quercus * Paulo AGB de Andrade